

Do quilombo à cidade: dinâmicas de desterritorialização e resistência dos Luízes

Ariel Akcelrud Durão, UFMG, arieladurao@gmail.com
Arthur Coelho Felisberto, UFMG, arthurcoelhogeo@gmail.com
Leandro Antônio Passos, UFMG, leandroapassos@outlook.com
Thiago Gonçalves Santos, UFMG, thiaguim.13@gmail.com

Resumo: Este artigo tem como objetivo compreender a dinâmica de desterritorialização do Quilombo dos Luízes, localizado no bairro Grajaú, em Belo Horizonte, evidenciando sua trajetória histórica de resistência frente ao processo de expansão urbana da capital mineira. A pesquisa parte da compreensão do território para além de sua dimensão física, entendendo-o também como espaço de pertencimento, identidade e reprodução cultural. Nesse contexto, discute-se como processos de expansão urbana, valorização imobiliária e disputas territoriais contribuíram para a redução do território quilombola e para a fragilização de práticas culturais e modos de vida da comunidade. Metodologicamente, a pesquisa possui caráter qualitativo e exploratório, fundamentando-se em revisão bibliográfica, visitas de campo, levantamento de registros históricos e diálogos com membros da comunidade. Os resultados indicam que, apesar da resistência histórica do Quilombo dos Luízes, persistem dinâmicas de racismo estrutural, mercantilização da terra e pressões urbanas que ameaçam a permanência e a territorialidade da comunidade.

Palavras-chave: Território; Desterritorialização; Quilombo; Expansão urbana; Resistência.

From Quilombo to the City: Dynamics of Deterritorialization and Resistance of the Luízes

Abstract: This article aims to understand the dynamics of deterritorialization of the Quilombo dos Luízes, located in the Grajaú neighborhood in Belo Horizonte, highlighting its historical trajectory of resistance in the face of the urban expansion process of the city. The research is based on the understanding of territory beyond its physical dimension, considering it also as a space of belonging, identity, and cultural reproduction. In this context, the study discusses how urban expansion, real estate speculation, and territorial disputes contributed to the reduction of the quilombola territory and to the weakening of the community's cultural practices and ways of life. Methodologically, the research adopts a qualitative and exploratory approach, based on bibliographic review, field visits, analysis of historical records, and dialogues with community members. The results indicate that, despite the historical resistance of Quilombo dos Luízes, dynamics of structural racism, land commodification and urban pressures still threaten the permanence and territoriality of the community.

Keywords: Territory; Deterritorialization; Quilombo; Urban Expansion; Resistance.

1 - INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

O conceito de território, na Geografia, ocupa uma posição central nas discussões contemporâneas, principalmente pela capacidade de compreensão das múltiplas relações sociais, políticas, econômicas, ambientais, culturais e simbólicas que se encontram materializadas no espaço. Para além de sua dimensão física e concreta, o território ainda pode ser compreendido como resultado das relações de poder, pertencimento e apropriação pelos grupos sociais ao longo do tempo. Nessa perspectiva, segundo Santos (1996), o espaço geográfico é vivido, produzido e transformado a partir de suas relações sociais, sendo construído não somente pelos elementos materiais, mas também, pelas dinâmicas históricas existentes. Assim, a base territorial ultrapassa a ideia de suporte físico, incorporando dimensões identitárias, culturais e políticas que são fundamentais para a reprodução da vida coletiva.

Nesse sentido, a compreensão acerca do território enquanto construção social, na perspectiva de Terra (2009), é discutida ainda como um processo social, investido de poder e simbolismo, resultado das relações estabelecidas entre determinados grupos humanos e o espaço que ocupam. Desta forma, a territorialidade expressa não somente o domínio material sobre uma área, mas sim, a partir dos vínculos simbólicos, afetivos e culturais construídos pelos sujeitos em relação ao lugar (Terra, 2009). Essa perspectiva torna-se particularmente relevante na análise de comunidades tradicionais, como os quilombos, cujas formas de organização territorial estão diretamente associadas à ancestralidade, à memória coletiva, às práticas culturais e à permanência histórica no espaço.

Ao discutir as relações entre poder e território, Sack (1986) define territorialidade como uma estratégia espacial utilizada para controlar pessoas, recursos e relações sociais a partir do domínio de uma determinada área. Historicamente, essa lógica esteve presente em processos de colonização, expansão territorial e urbanização e está relacionada pela imposição de interesses socioeconômicos e políticos sobre grupos socialmente vulneráveis. No Brasil, estas dinâmicas atingiram de maneira expressiva populações negras, indígenas e comunidades tradicionais, sobretudo a partir da negação de direitos territoriais, da marginalização de práticas culturais e da exclusão socioespacial produzida pelo avanço urbano.

Nesse contexto, a organização do espaço urbano brasileiro também reflete dinâmicas racializadas de produção da cidade, nas quais determinados grupos sociais historicamente possuem maior acesso à permanência territorial, infraestrutura e valorização urbana do que

outros. Sobre este fato, nota-se os diversos problemas e desafios que continuam a afetar as dinâmicas socioespaciais como consequência direta do período escravagista no Brasil, que se estendeu por mais de 300 anos, onde:

A racialização, tal qual instaurada pelo processo colonial, alicerça a expropriação primeira (a dos povos originários, que até hoje lutam pelo seu direito aos seus territórios) bem como ao tráfico e à escravização dos povos africanos, que são trazidos para cá como um instrumento de produção, o que incidirá sobre sua relação com a terra mesmo após a abolição (BLANC, 2024, p. 175)

Dessa forma, torna-se primordial entender a relação desses fatos (territorialidade, escravização e racialização) como formadores de uma dinâmica desequilibrada de poder e acesso à terra, e, conseqüentemente, de acesso ao direito à cidade. Assim, o acesso aos bens, serviços e infraestruturas produzidos no espaço urbano ocorre de maneira desigual, refletindo relações historicamente associadas à concentração do poder econômico, político e territorial em determinados grupos sociais.

A partir do ponto de vista de Gonzalez (1984), a segregação socioespacial da população negra contribuiu historicamente para a constituição de “lugares de negro” e “lugares de branco”, evidenciando desigualdades estruturais na produção e apropriação do espaço urbano. Nessa perspectiva, a autora permite compreender como as relações de poder político e econômico atuam na distribuição desigual da infraestrutura, dos serviços urbanos e das condições de permanência territorial, direcionando populações socialmente vulnerabilizadas para áreas periféricas, frequentemente marcadas por maiores limitações de acesso à cidade e por condições urbanas mais precárias.

O mote de expropriação territorial também se sustenta por meio de construções discursivas que legitimam determinadas formas de ocupação do espaço em detrimento de outras. Nesse contexto, territórios historicamente ocupados por populações negras e socialmente vulnerabilizadas tendem a ser representados a partir de estigmas associados à precariedade, violência ou desordem urbana, enquanto áreas vinculadas aos interesses do mercado imobiliário são frequentemente valorizadas por discursos que ressaltam atributos relacionados à modernização, segurança, infraestrutura e qualidade de vida. Dessa forma, a produção desigual do espaço urbano também ocorre por meio de mecanismos simbólicos de valorização e desvalorização territorial.

Nessa perspectiva, a desvalorização desses territórios não está associada exclusivamente à sua localização geográfica, mas também aos grupos sociais que historicamente os ocupam. Tal dinâmica reforça a discussão proposta por Lefebvre (2015) acerca da oposição entre valor de uso e valor de troca no espaço urbano. Enquanto para

comunidades tradicionais e quilombolas o território assume função vinculada à moradia, à reprodução cultural, à memória coletiva e às relações de pertencimento, para a lógica do mercado imobiliário o espaço urbano tende a ser compreendido prioritariamente como mercadoria e ativo econômico. Dessa forma, áreas ocupadas por comunidades historicamente constituídas passam a ser pressionadas por processos de valorização fundiária que subordinam o valor social e cultural do território aos interesses associados à rentabilidade e à mercantilização da terra urbana.

É nesse contexto que se inserem os processos de desterritorialização. O território constitui-se como resultado da apropriação social do espaço, sendo construído a partir das relações estabelecidas entre sujeitos, poder e espacialidade (Raffestin, 1993). Dessa forma, a desterritorialização pode ser compreendida como um processo de fragilização, ruptura ou transformação dessas relações territoriais, afetando não apenas a permanência física de determinados grupos em um espaço, mas também seus vínculos simbólicos, culturais e identitários. Nessa mesma direção, Haesbaert (2004) afirma que a desterritorialização não corresponde unicamente à perda material do território, mas também à transformação das relações de pertencimento e apropriação construídas pelos sujeitos.

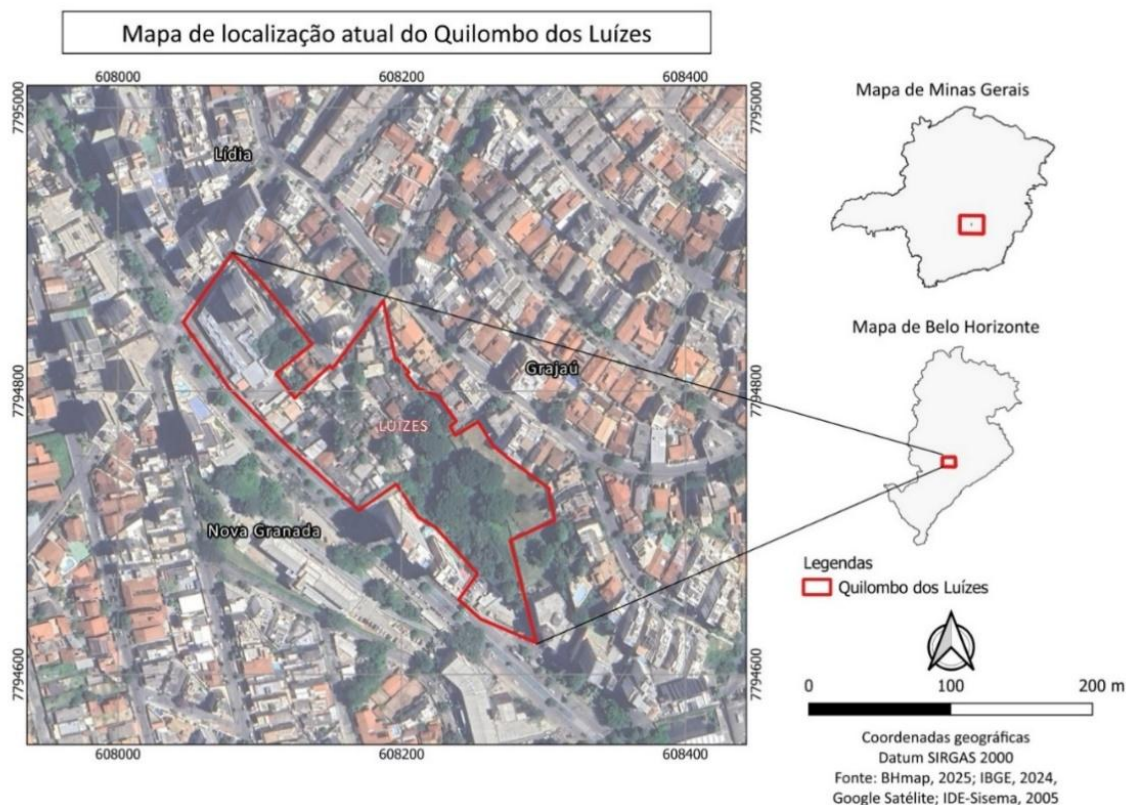
Essas dinâmicas tornam-se particularmente evidentes no contexto das comunidades quilombolas urbanas, cuja permanência territorial frequentemente entra em conflito com os interesses associados à expansão urbana e à valorização imobiliária. Conforme discute Leite (2000), os quilombos contemporâneos não se restringem a espaços rurais isolados, manifestando-se também em contextos urbanos marcados por processos de segregação socioespacial, deslocamento populacional e disputas relacionadas ao uso e ocupação da terra. Nessa perspectiva, os quilombos urbanos devem ser compreendidos não apenas como delimitações territoriais físicas, mas como espaços de memória, ancestralidade, pertencimento e resistência coletiva da população negra no espaço urbano. No caso do Quilombo dos Luízes, a permanência da comunidade em uma área fortemente marcada pela valorização imobiliária e pela verticalização evidencia as contradições presentes na produção desigual do espaço urbano belo-horizontino, na qual territorialidades negras historicamente constituídas passam a coexistir sob constantes pressões econômicas e espaciais.

Conforme aponta Brandão (2019), os processos de desterritorialização em comunidades negras urbanas operam não somente pela redução física dos territórios, mas também pela desestruturação de suas formas de reprodução cultural, atuando como mecanismos de controle social e valorização do solo urbano. Nesse cenário, as cidades brasileiras revelam contradições associadas à produção desigual do espaço, na medida em

que determinados grupos sociais possuem maior capacidade de permanência territorial do que outros.

Face ao exposto, o Quilombo dos Luízes, localizado no bairro Grajaú, na região centro-sul de Belo Horizonte/MG, representa um exemplo dessas contradições socioespaciais (figura 1). Reconhecido como um dos principais quilombos urbanos da capital mineira, o território possui trajetória histórica vinculada à presença negra anterior à própria consolidação urbana de Belo Horizonte. Segundo relatos da comunidade, o território originalmente ocupado pelos Luízes possuía extensão espacial expressiva, sendo progressivamente reduzido ao longo do processo de expansão da cidade, sobretudo em decorrência da urbanização e da intensificação da valorização imobiliária da região. Conforme aponta Silva (2015), a comunidade reivindica a regularização fundiária de um território com área de 2,8734 hectares, havendo ainda referências à existência de um território original, denominado Fazenda Piteiras, que margeava o córrego da região e possuía extensão aproximada de 18.000 metros quadrados. Nesse sentido, a história do Quilombo evidencia uma dinâmica em que a cidade não apenas se aproximou da comunidade, mas expandiu-se sobre seu território, produzindo impactos materiais, sociais e culturais sobre suas formas de vida e permanência.

Figura 1. Localização do Quilombo os Luízes, Belo Horizonte, Brasil.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Além da dimensão territorial, o Quilombo dos Luízes mantém importantes práticas culturais e religiosas que reforçam os vínculos comunitários e a continuidade da memória coletiva. Entre essas práticas destaca-se a realização do Congado de Sant'Ana, manifestação cultural e religiosa associada às tradições afro-brasileiras presentes em Minas Gerais. Segundo o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG (2021), o Congado constitui uma manifestação afro-brasileira originada nos rituais de coroação de reis negros africanos, posteriormente ressignificada no Brasil e associada às celebrações católicas populares. No Quilombo dos Luízes, a festividade representa não apenas uma prática religiosa, mas também uma forma de resistência cultural e reafirmação territorial diante das transformações impostas pelo espaço urbano contemporâneo.

Como apontam Deleuze e Guattari (1995), “toda desterritorialização implica, simultaneamente, movimentos de reterritorialização”, evidenciando que os sujeitos sociais tendem a reconstruir vínculos simbólicos, culturais e políticos com o espaço mesmo em contextos de deslocamento e expropriação.

Diante desse contexto, este artigo parte da seguinte questão: de que forma a expansão urbana, a valorização imobiliária e as disputas territoriais contribuíram para o processo de desterritorialização e para a fragilização das formas de vida, pertencimento e permanência do Quilombo dos Luízes em Belo Horizonte? Assim, o objetivo deste trabalho consiste em compreender o processo de desterritorialização vivenciado pela comunidade, analisando como as transformações urbanas da capital mineira impactaram sua territorialidade ao longo do tempo. Parte-se da hipótese de que o avanço da urbanização sobre o território quilombola contribuiu para a redução de sua base territorial e para a fragilização de vínculos sociais, culturais e identitários historicamente construídos pela comunidade.

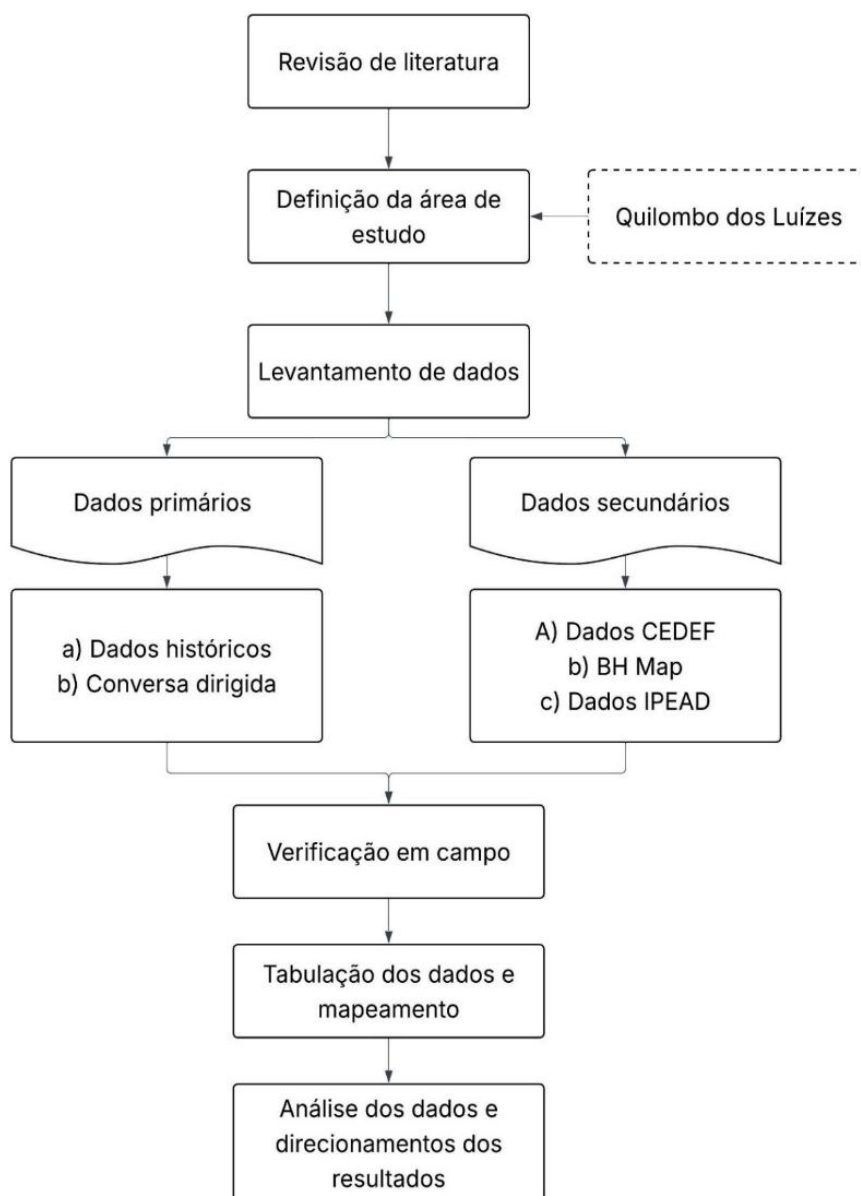
2 - METODOLOGIA

O presente estudo possui abordagem qualitativa, de caráter exploratório e interpretativo, voltada à compreensão das dinâmicas de desterritorialização e resistência territorial no Quilombo dos Luízes, localizado no bairro Grajaú, na região centro-sul do município de Belo Horizonte/MG. A opção pela abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender os fenômenos associados às dimensões simbólicas, culturais, sociais e territoriais presentes na relação entre a comunidade quilombola e o espaço urbano, considerando que os processos de territorialização e desterritorialização extrapolam aspectos estritamente materiais e quantitativos.

Do ponto de vista teórico-metodológico, este estudo fundamenta-se na perspectiva da Geografia Humanista, de modo a compreender o território enquanto construção social, política e simbólica, produzido a partir das relações de apropriação, pertencimento e poder estabelecidas pelos grupos sociais no espaço (Raffestin, 1993; Haesbaert, 2004). Além disso, considera-se a cidade como produto de processos desiguais de produção espacial, marcados por disputas territoriais, valorização imobiliária e mecanismos de exclusão socioespacial, particularmente sobre comunidades negras e tradicionais inseridas em contextos urbanos.

O delineamento deste estudo foi estruturado em quatro etapas complementares, conforme apresentado na figura 2. Inicialmente, realizou-se levantamento e revisão bibliográfica com o objetivo de construir o referencial teórico-conceitual da pesquisa. Nesta etapa, foram discutidos os conceitos de território, territorialidade e desterritorialização, a partir das contribuições de autores como Santos (1996), Raffestin (1993), Sack (1986) e Haesbaert (2004). Paralelamente, buscou-se aprofundar a discussão acerca das territorialidades negras urbanas, das comunidades quilombolas e das relações entre urbanização, segregação socioespacial e racismo estrutural, subsidiando teoricamente a interpretação do objeto de estudo a partir das publicações de (Carril, 2006; Silveira, 2014; Santos; Barros, 2020; Santos; Pereira, 2020; Molina; Ichikawa; Angnes, 2022) como Comunidade Quilombola Mocambo, pertencente a coleção Terra de Quilombolas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Figura 2. Delineamento metodológico do estudo



Fonte: Elaborado pelos autores.

Na segunda etapa, realizou-se o levantamento de dados secundários, a partir de consulta a documentos institucionais, registros históricos, artigos científicos, fotografias antigas, reportagens, legislações e materiais produzidos pela própria comunidade quilombola. Também foram utilizadas informações provenientes da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (IPEAD, 2005), especialmente no que se refere à contextualização urbana e socioespacial da área de estudo. Essa etapa possibilitou a reconstrução histórica do processo de ocupação territorial do Quilombo dos Luízes e a compreensão das transformações espaciais ocorridas ao longo da expansão urbana de Belo Horizonte.

Na terceira etapa, foram realizados trabalhos de campo no Quilombo dos Luízes, fundamentais para o reconhecimento empírico da área de estudo e para a aproximação com a realidade territorial da comunidade. Durante as visitas, realizaram-se registros fotográficos, observações diretas da paisagem e diálogos dirigidos com moradores e representantes locais, de modo a compreender os aspectos relacionados à memória territorial, às transformações espaciais da comunidade, às práticas culturais e às formas contemporâneas de resistência. Os diálogos conduzidos em campo tiveram caráter não estruturado, permitindo maior flexibilidade na obtenção das informações e valorizando as narrativas, percepções e experiências dos próprios sujeitos envolvidos no processo territorial. Além disso, as informações obtidas contribuíram para a validação e atualização dos dados secundários consultados, especialmente em razão das limitações temporais e defasagens identificadas em algumas bases institucionais.

Em campo, também buscou-se observar elementos associados às dinâmicas de desterritorialização presentes no cotidiano da comunidade, tais como a redução da área ocupada, a verticalização do entorno urbano, os contrastes socioespaciais entre o quilombo e os bairros adjacentes, as dificuldades relacionadas à permanência territorial e os impactos da valorização imobiliária sobre o território tradicionalmente ocupado pelos Luízes. Paralelamente, também foram identificadas práticas de resistência territorial e cultural, como manifestações religiosas, festividades comunitárias e estratégias de preservação da memória coletiva.

Na quarta etapa, realizou-se a sistematização e interpretação das informações obtidas em campo e nos levantamentos bibliográficos e documentais. A análise dos dados ocorreu de forma interpretativa, buscando estabelecer relações entre os referenciais teóricos discutidos e as dinâmicas territoriais observadas na comunidade. Dessa forma, a pesquisa procurou compreender como o avanço da urbanização de Belo Horizonte produziu impactos sobre o território quilombola, contribuindo para processos de desterritorialização e, simultaneamente, para o fortalecimento de estratégias de resistência e reafirmação identitária por parte da comunidade.

Por fim, destaca-se que a pesquisa priorizou uma abordagem sensível às especificidades socioculturais da comunidade quilombola, reconhecendo os moradores não apenas como fontes de informação, mas como sujeitos produtores de conhecimento acerca de seu próprio território. Também, considerou-se os princípios estabelecidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) nº 169, no que se refere a elaboração de uma carta de anuência por parte das lideranças do Quilombo dos Luízes, no que se refere à

consulta livre, prévia e informada de povos e comunidades tradicionais, constituindo requisito ético para a realização da pesquisa junto à comunidade. Nesse sentido, os relatos, memórias e percepções dos integrantes do Quilombo dos Luízes foram compreendidos como elementos fundamentais para a interpretação das transformações territoriais analisadas neste estudo.

3 – RESULTADOS

Os resultados obtidos ao longo da pesquisa evidenciam que o processo de expansão urbana de Belo Horizonte produziu transformações expressivas no território do Quilombo dos Luízes, afetando não apenas sua dimensão espacial, mas também aspectos relacionados à memória, à identidade cultural, às relações comunitárias e às formas de permanência territorial da comunidade.

A partir das visitas de campo, dos registros históricos analisados e dos diálogos realizados com moradores, foi possível identificar que as dinâmicas de desterritorialização observadas no Quilombo ultrapassam a simples redução física da área ocupada, manifestando-se também por meio da fragilização de vínculos simbólicos, culturais e sociais historicamente construídos pelos Luízes.

Segundo os relatos obtidos junto à comunidade, o território originalmente ocupado pelo Quilombo dos Luízes possuía extensão significativamente maior do que a área atualmente reconhecida. A consolidação urbana de Belo Horizonte, sobretudo ao longo do século XX, promoveu uma intensa transformação da paisagem local, marcada pela expansão do tecido urbano, abertura de vias, parcelamento do solo e crescente valorização imobiliária da região centro-sul da capital mineira. Nesse contexto, observa-se que o crescimento da cidade ocorreu sobre territórios tradicionalmente ocupados pela comunidade quilombola, produzindo progressiva redução espacial e dificultando a continuidade de determinadas práticas territoriais anteriormente desenvolvidas no local.

A análise espacial realizada durante os trabalhos de campo permitiu observar que o Quilombo dos Luízes se encontra atualmente inserido em uma das regiões mais valorizadas de Belo Horizonte, caracterizada pela forte presença de verticalização, valorização fundiária e mercantilização da terra. Conforme Lefebvre (2008), o espaço urbano não constitui apenas um suporte físico das relações sociais, mas um produto social continuamente transformado de acordo com os interesses econômicos dominantes e prioritariamente como mercadoria, subordinando formas tradicionais de ocupação às dinâmicas de valorização imobiliária. Harvey (2005) destaca que em uma perspectiva de que o processo de urbanização está

diretamente associado à expansão do capital sobre o espaço urbano, produzindo desigualdades socioespaciais e intensificando disputas pelo uso da terra. De acordo com a figura 3 é possível observar intensa densidade construtiva e predominância de população de média e alta renda.

Figura 3. Verticalização entorno do território Quilombo dos Luízes



Fonte: Acervo dos autores

Essa configuração evidencia importantes contradições socioespaciais, uma vez que a permanência de uma comunidade quilombola em área marcada pela valorização fundiária e pela lógica mercantil de produção do espaço urbano tende a intensificar disputas territoriais e processos de segregação socioespacial relacionados ao uso e ocupação da terra. Nesse sentido, as dinâmicas observadas aproximam-se das discussões propostas por Sack (1986), ao compreender o território como espaço atravessado por relações de poder e controle espacial.

Os resultados também evidenciam que a desterritorialização no Quilombo dos Luízes não ocorre exclusivamente pela perda material do território, mas igualmente pela transformação das relações sociais e culturais estabelecidas pela comunidade com o espaço. Conforme discutido por Haesbaert (2004), os processos de desterritorialização envolvem a fragilização das territorialidades construídas historicamente pelos grupos sociais, afetando formas de pertencimento, identidade e reprodução cultural. No caso analisado, verificou-se que as transformações urbanas impactaram diretamente o cotidiano da comunidade, alterando dinâmicas comunitárias, reduzindo espaços de convivência coletiva e impondo dificuldades relacionadas à permanência territorial dos moradores.

Durante as atividades de campo, observou-se que muitos integrantes mais jovens da comunidade passaram a se deslocar para outras áreas da cidade em busca de trabalho, estudo

e melhores condições de vida. Esse movimento contribui para o enfraquecimento das relações intergeracionais e para a redução da participação coletiva em práticas culturais, religiosas e comunitárias historicamente desenvolvidas no Quilombo. Além disso, os próprios moradores relataram dificuldades crescentes na articulação política e comunitária, associadas às extensas jornadas de trabalho e às demandas impostas pela dinâmica urbana contemporânea, fatores que acabam limitando os momentos de organização coletiva e reivindicação de direitos territoriais.

Outro aspecto relevante identificado refere-se às limitações históricas de políticas públicas efetivas voltadas à proteção territorial das comunidades quilombolas urbanas. Os resultados indicam que o reconhecimento institucional do Quilombo dos Luízes ocorreu de maneira tardia em relação às transformações urbanas já consolidadas sobre o território. Tal condição contribuiu para a invisibilização da comunidade ao longo do processo de produção do espaço urbano belo-horizontino, dificultando o acesso a mecanismos de proteção territorial e ampliando sua vulnerabilidade frente às pressões imobiliárias e aos interesses econômicos presentes na região. Tal dinâmica aproxima-se das discussões propostas por Rolnik (2015), ao destacar que a lógica contemporânea de financeirização da cidade transforma o espaço urbano em ativo econômico, intensificando processos de exclusão territorial e dificultando a permanência de grupos historicamente marginalizados em áreas valorizadas das cidades.

Apesar das dificuldades identificadas, os resultados também demonstram a permanência de importantes formas de resistência territorial e cultural no Quilombo dos Luízes. A preservação da memória coletiva, das relações comunitárias e das manifestações culturais constitui elemento fundamental para a manutenção da territorialidade quilombola no espaço urbano. Nesse contexto, destaca-se a realização do Congado de Sant'Ana, manifestação religiosa e cultural que reafirma os vínculos identitários da comunidade e fortalece a continuidade das tradições afro-brasileiras no território. Mais do que uma festividade religiosa, o Congado representa uma prática de resistência cultural e de reafirmação da presença negra na cidade, contribuindo para a manutenção da memória e da ancestralidade quilombola frente às transformações impostas pela urbanização (figura 4).

Figura 4. Exemplificação das tradições religiosas no Quilombo dos Luízes



Fonte: Acervo dos autores

Assim como demonstra a figura 5, a organização familiar e territorial do Quilombo dos Luízes evidencia a centralidade das mulheres na constituição e continuidade da comunidade quilombola. A estrutura matriarcal presente no quilombo revela não apenas vínculos de parentesco, mas também a atuação feminina como elemento fundamental na preservação da memória coletiva, da ancestralidade e das práticas culturais transmitidas entre gerações. Nesse sentido, “as mulheres quilombolas atuam como um acervo da memória coletiva; com elas estão registradas as estratégias de lutas e resistências nos quilombos, os conhecimentos guardados e repassados de geração em geração” (SILVA, 2020, p. 54)

Figura 5. Cartaz pertencente ao Quilombo



Fonte: Acervo dos autores

Além disso, as observações em campo evidenciaram que a própria permanência física do Quilombo dos Luízes em uma região marcada pela intensa valorização imobiliária já constitui, por si só, uma forma de resistência territorial. A continuidade da comunidade no espaço urbano desafia lógicas historicamente associadas à exclusão socioespacial da população negra e à mercantilização da terra urbana, reafirmando o território quilombola enquanto espaço de memória, pertencimento e luta política.

A paisagem observada no entorno do Quilombo dos Luízes evidencia forte contraste socioespacial entre o território tradicional e o processo contemporâneo de verticalização urbana. A presença de edifícios de alto padrão ao redor da comunidade demonstra a intensificação da valorização imobiliária na região centro-sul de Belo Horizonte, reforçando pressões territoriais sobre o quilombo e ampliando as contradições entre permanência comunitária e mercantilização do espaço urbano. Neste cenário, os dados levantados pela Organização Não Governamental Nossa BH (Nossa BH, 2021), indica que a região do Bairro Grajaú, compreende as regiões do município de Belo Horizonte com a maior concentração de renda acima de 5 salários-mínimos.

Ademais, é importante reafirmar a importância dos quilombos enquanto territórios guardiões e remanescentes de arte, de cultura, de saberes tradicionais e crenças que ajudaram a construir identidade cultural dessa cidade, mesmo sem o devido reconhecimento de suas contribuições, assim como comenta GAIO (2020), ao dizer que “entende-se que a identidade cultural se expressa na paisagem urbana pela coesão social e pela manutenção das

experiências vividas - como as tradições imateriais e os modos de usar os espaços físicos da cidade.”

Resistir ao apagamento que se impõe pela pressão do urbano e do mercado imobiliário sobre cada espaço onde é possível obter valorização pela especulação imobiliária é, portanto, contribuir para preservação de memória e identidade cultural, uma vez que a invasão e a expropriação desses territórios de saberes são prejudiciais não somente a comunidade dos Luízes, mas toda a cidade de Belo Horizonte que tem parte de sua história arrancada e apagada à revelia. Sobre esse processo de remodelamento das cidades ao interesse do mercado, Gaio (2020) ainda comenta que “Essa recorrente reestruturação urbana resulta no aniquilamento dos registros significativos para a memória social.”

Como mecanismos para um possível enfrentamento, dessa problemática há instrumentos jurídicos como o Estatuto das Cidades (2001), que regulamento o capítulo urbanístico, presente nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988. O Inciso I define o direito a cidades sustentáveis como o "direito à terra urbana e à moradia" para as presentes e futuras gerações, assim é viável pleitear junto a administração pública a criação de zonas especiais de interesse social (ZEIS) em áreas ameaçadas pela especulação, garantindo a permanência de comunidades tradicionais no território por meio de normas de uso e ocupação do solo simplificadas e protetivas.

Outros mecanismos que podem favorecer a discussão e luta da comunidade estão presentes no artigo 2º, inciso XII, que trata da “proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio” como base jurídica para o reconhecimento e proteção de territórios quilombolas e de comunidades tradicionais contra o avanço predatório da expansão urbana. É possível abordar também o conceito de "gestão democrática" (Inciso II) que a participação da população na formulação e acompanhamento de planos de desenvolvimento pode evitar que grandes projetos de infraestrutura resultem na expropriação de moradores históricos.

Por fim, os resultados obtidos permitem compreender que o processo de desterritorialização observado no Quilombo dos Luízes ocorre de maneira complexa e multiescalar, articulando dimensões materiais e simbólicas. Ao mesmo tempo em que a urbanização de Belo Horizonte contribuiu para a redução e fragmentação territorial da comunidade, também produziu novas formas de resistência, reafirmação identitária e luta pelo reconhecimento territorial. Dessa forma, o caso do Quilombo dos Luízes evidencia as contradições presentes na produção do espaço urbano brasileiro, marcado pela coexistência entre processos de valorização imobiliária e permanência de territorialidades negras

historicamente marginalizadas. Tal dinâmica evidencia que a produção do espaço urbano brasileiro também se estrutura a partir de desigualdades historicamente construídas, nas quais comunidades negras frequentemente enfrentam processos de invisibilização, vulnerabilização territorial e limitação do acesso pleno à cidade.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões teóricas, dos levantamentos realizados e das observações em campo, foi possível compreender que o processo de desterritorialização vivenciado pelo Quilombo dos Luízes está diretamente relacionado à expansão urbana de Belo Horizonte e às dinâmicas de valorização imobiliária que marcaram a formação e o crescimento da capital mineira. Ao longo do tempo, o avanço da urbanização sobre o território quilombola contribuiu para a redução significativa da área ocupada pela comunidade, além de impactar suas formas de organização social, cultural e principalmente territorial.

Os resultados da pesquisa evidenciam que a desterritorialização não ocorre apenas pela perda física do território, mas também pela fragilização dos vínculos de pertencimento, memória, identidade e reprodução cultural construídos historicamente pelos moradores do Quilombo. Nesse contexto, verificou-se que as pressões urbanas, associadas à ausência de políticas públicas efetivas de proteção às comunidades tradicionais urbanas, contribuíram para intensificar situações de vulnerabilidade territorial e social.

Ao mesmo tempo, o estudo demonstrou que, apesar das dificuldades enfrentadas, o Quilombo dos Luízes mantém importantes formas de resistência. A preservação da memória coletiva, das práticas culturais, dos vínculos comunitários e da luta pelo reconhecimento territorial evidenciam que o território quilombola permanece vivo enquanto espaço de identidade, ancestralidade e permanência negra na cidade. Dessa forma, a resistência da comunidade revela que o território não deve ser compreendido apenas como delimitação física, mas também como espaço de construção histórica, simbólica e política.

Além disso, a pesquisa permitiu refletir sobre as contradições presentes na produção do espaço urbano em Belo Horizonte, sobretudo no que se refere à permanência de comunidades tradicionais em áreas marcadas por intensa valorização imobiliária. A invisibilização histórica dessas populações e a dificuldade de acesso a direitos territoriais demonstram como o racismo estrutural ainda atua na organização da cidade e na distribuição desigual das condições de permanência no espaço urbano.

Por fim, espera-se que este trabalho contribua para ampliar as discussões acerca dos quilombos urbanos, da desterritorialização e das disputas territoriais presentes nas cidades

brasileiras, além de reforçar a importância do reconhecimento, valorização e proteção das comunidades quilombolas enquanto patrimônios históricos, culturais e territoriais. Também se espera que a pesquisa incentive novas investigações sobre o Quilombo dos Luízes e sobre outras comunidades tradicionais urbanas que seguem resistindo frente às transformações e desigualdades produzidas no espaço urbano contemporâneo.

5 – AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao Quilombo dos Luízes pela receptividade, confiança e compartilhamento de sua história, fundamentais para a realização desta pesquisa. Em especial, agradecem à Núbia, representante cultural da comunidade, pela disponibilidade, acolhimento e contribuição durante todo o processo de construção do trabalho, tornando possível uma compreensão mais próxima das vivências, memórias e lutas do Quilombo.

6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDÃO, C. A. L. Desterritorialização, valorização imobiliária e controle social em comunidades negras urbanas. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Rio de Janeiro, v. 64, n. 2, 2019.
- BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. *Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências*. Brasília, DF: Presidência da República, [2001]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em: 13 maio 2026.
- CARRIL, J. F. B. Quilombo, território e geografia. *Agrária*, São Paulo, n. 3, p. 156-171, 2006.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F.. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS DE MINAS GERAIS (IPEAD). *Classificação dos bairros de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- GAIO, D. *Cidade compacta e sustentabilidade*. In: BRANT, Leonardo Nemer Caldeira; DINIZ, Pedro Ivo Ribeiro (Org.). *Agenda 2030 e o desenvolvimento sustentável no contexto latino-americano*. Belo Horizonte: CEDIN, 2020, p. 135-148.
- GONZALES, L.. RACISMO E SEXISMO NA CULTURA BRASILEIRA. *Revista Ciências Sociais Hoje*, [S.I.], v. 1, n. 1, p. 223-244, 1984.

- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 5. ed., 5. reimpr. São Paulo: Centauro, 2015.
- LEITE, I. B. *Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas*. Etnográfica, Lisboa, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000.
- MOLINA, G. L.; ICHIKAWA, E. Y.; ANGNES, J. S. O que podemos aprender com mulheres quilombolas? Um estudo sobre práticas cotidianas e o processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização de uma comunidade remanescente quilombola. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, v. 13, n. 2, 2022. DOI: 10.5212/Rlagg.v.13.i2.0002.
- NOSSA BH. *Mapa das desigualdades: Belo Horizonte e Região Metropolitana de Belo Horizonte - 14 municípios*/ Instituto Nossa BH - Belo Horizonte, 2021. 71 p.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- ROLNIK, R.. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- SACK, R. D. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SANTOS, C. A. B. B.; PEREIRA, M. L. C. *Memória dos Barramanceiros: processo de desterritorialização de uma comunidade negra rural quilombola*. Brasília: Universidade de Brasília, 2020. (Série Antropologia, 467).
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, T. A. C.; BARROS, F. B. “O povo está esparramado...”: o processo de desterritorialização vivenciado pelos quilombolas da Bocaina, Mato Grosso, 2020.
- SILVA, G. M. *Mulheres Quilombolas: afirmando o território na luta, resistência e insurgência negra feminina*. In: DEALDINA, S. dos S. (org.). *Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas*. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020. p. 25-44.
- SILVA, J. P. A. *Um quilombo na cidade ou uma cidade no quilombo? Uma reflexão antropológica sobre os atores sociais envolvidos no processo de regularização fundiária da comunidade quilombola de Lmízes – Belo Horizonte/MG*. 2015. Monografia (Bacharelado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

SILVEIRA, A. F. S. *Quilombo Santana: seus conflitos e o processo de desterritorialização da comunidade quilombola, município de Quatis - RJ*. 2014. 155 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

TERRA, A. Território e territorialidade: abordagens e concepções. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 23-34.